ESCALA DE FUNCIONALIDADE DO IDOSO

Camile Schlogel caami.schlogel@gmail.com

Ana Karoline da Costa da Silva Beatriz Fachin de Lima Elisa Portes Pabriça Elza Alves Costa da Silva Emanoeli do Santos Marques Cordeiro Fabiana Sanson Zagonel Andréia Lara L. Kantoviscki Karyna Turra Osternack

RESUMO: Introdução: A população idosa é acometida pelo processo de envelhecimento fisiológico, que engloba diversas alterações orgânicas e mentais, decorrente da idade avançada e desgaste do organismo. Quando o organismo envelhecido está relacionado a situações de estresse físico ou emocional, é possível que haja dificuldade de manter sua homeostase, apresentando sobrecarga funcional e, consequentemente, processos patológicos. Para que esse processo ocorra de maneira adequada, a saúde do idoso, que compreende a interação entre saúde física, saúde mental, autonomia, integração social, suporte familiar e independência econômica, precisa estar descomprometida. O objetivo desse estudo foi avaliar o grau de independência funcional do paciente idoso, por meio da Escala de funcionalidade para o autocuidado. Metodologia: Trata-se de um estudo bibliográfico com abordagem descritiva pelo método da problematização, sendo que para a fundamentação teórica foram utilizados artigos científicos das bases entre os anos de 2006 a 2018, além de sites governamentais, livros e periódicos em português. Resultados: Percorrendo as etapas da problematização, verificou-se os aspectos da realidade através da observação da realidade, que emergiu da disciplina de Processo de Cuidar, na especificidade de saúde coletiva e gerontologia, onde a assistência aos indivíduos idosos faz parte da rotina assistencial, emergindo desta realidade um caso fictício, de um indivíduo geriátrico portador de doenças crônicas que teve uma diminuição de funcionalidade devido sentir medo de bater a perna, além disso, ele relata um pouco de dor e desconforto durante sua movimentação e percebe edema no período da tarde, a qual verificou-se em MID úlcera venosa no terço inferior, com exsudação esverdeada em média quantidade e odor fétido, ao redor apresenta dermatite ocre. A segunda etapa compreende os pontos chaves, que orientam as buscas de informações, os quais foram elencados Envelhecimento (senhor de 73 anos); Perda funcional (desconforto durante sua movimentação); Doença crônica (hipertensão e diabetes) e Escala de funcionalidade (diminuiu suas atividades diárias). Na teorização, foram desenvolvidas respostas mais elaboradas para o problema, em que se buscou aprofundar as questões do processo de envelhecer, da escala de funcionalidade e das políticas públicas na saúde do idoso. Sendo assim, a alteração da capacidade funcional pode ser avaliada através da escala de Funcionalidade, que tem como objetivo identificar a dificuldade e a incapacidade do idoso ao realizar atividades diárias. No contexto avaliativo de aplicação da escala de funcionalidade, idoso pode ser classificado como independente (realiza todas as atividades básicas de vida diária), semi-dependente (implica uma das funções influenciadas pela cultura e aprendizado). dependente incompleto (compromete uma das funções vegetativas simples e gera dependência para realizar a higiene) e dependente completo (compromete todas as

funções). Realizando os métodos de avaliação funcional torna-se possível a indicação de intervenções interdisciplinares, capazes de melhorar a autonomia e independência do idoso. Esses métodos de avaliação se segmentam em uma observação direta, com testes de desempenho, e observação indireta, através de questionários. Além da escala de funcionalidade do idoso, as Políticas Públicas na Saúde do Idoso são ferramentas que garantem direitos sociais e criam de condições para promover sua autonomia, integração e participação na sociedade através de portarias e leis os direitos fundamentais da pessoa idosa. Uma das mais importantes conquistas da população idosa brasileira foi a implementação do Estatuto do Idoso, o qual dispõe sobre como a família, a comunidade, a sociedade e o Poder Público devem atuar para garantir o direito do idoso. Seguido da hipótese de solução, em que se deve pensar e agir para a superação do problema, para este fim, realizou-se uma avaliação através dos profissionais de saúde no idoso, garantindo intervenções interdisciplinares capazes de melhorar a autonomia, integração e independência do mesmo. Para tanto, o paciente enquadra-se no contexto avaliativo como independente, da qual realiza todas as atividades básicas de vida diária, porém, algumas como certa dificuldade. O instrumento utilizado foi o Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional-20 (IVCF-20), através de um questionário simples, a qual se obteve o resultado de que o senhor do caso fictício se enquadra no baixo risco, estágio 3, que o classifica como independente para todas as atividades de vida diária, porém, apresentando doenças crônicodegenerativas bem estabelecidas e de maior complexidade clínica do Índice de Vulnerabilidade Clínico- Funcional-20. Para tanto, foi preciso realizar um plano de cuidados, abrangendo mobilidade física prejudicada, medo, morar sozinho, risco de queda, hipertensão, diabetes mellitus, edema, úlcera venosa, dermatite ocre e nutrição prejudicada. Para a aplicação da realidade, que consiste em apresentar uma proposta de intervenção, foi elaborado uma cartilha de orientação com intuito de orientar idosos. seus familiares e a população como um todo, sobre a insuficiência venosa, desde o que ela significa, como os cuidados para evitar e tratar as feridas. Conclusão: Portanto, conclui-se que a escala de funcionalidade é uma ferramenta utilizada por profissionais de saúde para descrever as habilidades e limitações no desempenho de tarefas cotidianas do idoso. Sendo que, a incapacidade funcional do idoso se caracteriza quando os efeitos da idade avançam e o desgaste sobre o organismo impactam na qualidade de vida do idoso. Ressalta-se também a importância das políticas públicas na saúde do idoso, que garantem direitos sociais e criam condições para promover autonomia, integração e participação na sociedade através de portarias e leis que abordam os direitos fundamentais da pessoa idosa.

Palavras-chave: Envelhecimento; Perda funcional; Escala de funcionalidade.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da saúde. **Caderneta de saúde da pessoa idosa**. 4.ed. Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/27/CADERNETA-PESSOA-IDOSA-2017-Capa-miolo.pdf. Acesso em: 16 abr.2020.

BRASILb. Ministério da Saúde. Senado Federal. Portaria n. 10.741 de 1 de outubro de 2003. **Estatuto do Idoso**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/estatuto_do_idoso_1ed%20(1).pdf. Acesso em: 17. Abr. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Superintendência de Atenção à Saúde. **Avaliação multidimensional do idoso**. Organizado por Edgar Nunes de Moraes; Adriane Miró Vianna Benke Pereira; Raquel Souza Azevedo; Flávia Lanna de Moraes. Curitiba: SESA, 2018.